

Caminhos e Descaminhos

da Administração Pública no Brasil - Vol. 1

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil /
Organizador Rudy Ahrens. – Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.
420 p. : 2.042 k bytes – (Administração Pública; v. 1)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-40-0

DOI 10.22533/at.ed.4001209

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy. II. Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....	03
--------------------------	-----------

Eixo 1 Finanças, Controladoria e Auditoria Pública

Capítulo I

A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

08

Capítulo II

AUDITORIA INDEPENDENTE: UMA OBSERVAÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

22

Capítulo III

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

Adriano Augusto de Souza.....

37

Capítulo IV

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Julio Candido de Meirelles Junior.....

55

Capítulo V

PROPOSIÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, COM O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

André Santos de Oliveira, José Eduardo Klems Ribeiro e Marco Antonio Harms Dias.....

72

Eixo 2 Educação Pública

Capítulo VI

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Regina Maria da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza e Willer Luciano de Carvalho.....

89

Eixo 2 Inovação Pública

Capítulo VII

APLICAÇÃO DA TEORIA UTAUT NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Thiago Pacife de Lima, Sâmia Laise Manthey Benevides, Carolina Yukari Veludo Watanabe, Rosália Maria Passos da Silva e Tomás Daniel Menendez Rodriguez.....105

Capítulo VIII

INOVAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina Ferreira Silva Pires, Luciane Santos Prado, Dayana Alves Ferreira e Luciana Peixoto Santa Rita.....122

Capítulo IX

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS PREMIADAS NO CONCURSO INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA FEDERAL NOS ANOS 2011- 2014

Janaina Mendes de Oliveira e Rachel Kerber Gonçalves.....139

Capítulo X

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COM FOCO NA TEORIA U: ESTUDO DE CASO EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL

Natália Talita Araújo Nascimento, Flávio de São Pedro Filho, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....154

Capítulo XI

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT.

Patric Douglas Griseli, Luciano Castro de Carvalho e Aline Louise de Oliveira.....171

Eixo 4 Sustentabilidade Pública

Capítulo XII

A POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

Gislane Martins Silva de Abreu, Mariluce Paes de Souza e Osmar Siena.....187

Capítulo XIII

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO DA REDE SENAC SANTA CATARINA

Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi, Simone Sehnem e David Rodrigo Petry.....205

Capítulo XIV

CULTURA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira e Cláudio Zancan.....234

Capítulo XV

DIAGNOSTICO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE NO NORDESTE DO BRASIL

Emanuel Varela Cardoso, Bruno de Araujo Azevedo e Gilberto Rodrigues Carneiro.....252

Capítulo XVI

INDICADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: A PERCEPÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAICÓ-RN

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Márcia Celiany Rodrigues Medeiros.....267

Capítulo XVII

PROPOSTA DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS): PESQUISA-AÇÃO NO CINDACTA II

Luís Gustavo Carvalho e Eloy Fassi Casagrande Junior.....283

Capítulo XVIII

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

Robson Gonçalves Chaparro, Marcelo Ribeiro Silva, Denise Aguenta Uechi, Rogério Elói Gomes Bezerra e Thiago Barreto Santos.....300

Capítulo XIX

USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Daiane Pereira de Souza, Gabrielli do Carmo Martinelli, Anaysa Borges Soares e Claudia Maria Sonaglio.....320

Eixo 5 Gestão de Pessoas

Capítulo XX

AValiação DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO
PROBATÓRIO: UMA ANÁLISE NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL

Joyce Frade Machado e Geraldino Carneiro de Araújo.....336

Capítulo XXI

COMO ATENDER A ALTA DEMANDA DE TREINAMENTOS EM ORGANIZAÇÃO DE
GRANDE PORTE COM OTIMIZAÇÃO DE RECURSO

*Kátia Cristina Cabral Monteiro Galvão, Heliane Prata Sarmento, Roquemar de Lima
Baldam e Thalmo de Paiva Junior.....351*

Capítulo XXII

CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CARREIRAS NO SERVIÇO PÚBLICO: DESAFIOS E
SUCESSOS

*Paola Pinheiro Bernardi Primo, Marcelo Rosa Pereira e Francisco Caniçali
Primo.....365*

Capítulo XXIII

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA
MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Cesar Augusto Ilódio Alves, Elvira Aparecida Simões de Araújo e Adriana Leônidas
de Oliveira.....378*

Capítulo XXIV

MUDANÇA ORGANIZACIONAL E MELHORIA NO PROCESO DE AQUISIÇÃO DE BENS E
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

*Thayse dos Santos Fonsêca Pinheiro, Rodrigo de Lima Pinheiro, Luciana Peixoto
Santa Rita e Camila Karla Santos da Silva Valentino.....394*

Sobre o organizador.....406

Sobre os autores.....407

CAPÍTULO XXIII

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Cesar Augusto Ilódio Alves
Elvira Aparecida Simões de Araújo
Adriana Leônidas de Oliveira**

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cesar Augusto Ilódio Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (IFSP)
Caraguatatuba – SP

Elvira Aparecida Simões de Araújo

Universidade de Taubaté (UNITAU)
Taubaté – SP

Adriana Leônidas de Oliveira

Universidade de Taubaté (UNITAU)
Taubaté – SP

RESUMO: O presente artigo, buscou apresentar como é baseado o plano de carreira da polícia militar do estado de São Paulo (PMESP), relacionando-o à política de ascensão profissional da mulher nesta instituição, que em muito se dá através do processo de educação continuada. Para a sua construção, este artigo se utilizou de entrevistas realizadas com profissionais do mais alto escalão da polícia militar, sendo estas, uma capitã, uma tenente-coronel e uma coronel, seguindo metodologicamente o caráter exploratório, visto ser um tema que demanda aprofundamento, com delineamento qualitativo, tendo como principal objetivo apresentar como se dá o processo de entrada e ascensão da mulher na instituição PMESP, apontando como este ocorre até a chegada ao mais alto posto, que é o de coronel e tem a educação como principal mecanismo. Não há aqui a realização de comparativos entre homem e mulher, mas sim indicação somente deste processo de entrada na polícia militar e como tal dá-se até a chegada ao cargo de coronel na instituição, tanto para homens quanto para mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão e Desenvolvimento Regional. Educação continuada. Polícia militar do Estado de São Paulo. Ascensão profissional.

1. INTRODUÇÃO

A polícia militar do Estado de São Paulo é uma das instituições de serviço público mais antigas do país, que já tem quase dois séculos. As mulheres que atuam nesta organização são presença marcante nesta história, que para elas ainda é recente, tendo apenas 1/3 (um terço) de todo o tempo de sua existência, por isto é fundamental compreender esta participação, principalmente no que tange a sua trajetória e ascensão profissional, ressaltando que as políticas educacionais são fatores de ampla importância a isto, dentro da PMESP.

Sendo assim, para uma melhor compreensão do leitor, este artigo foi esquematizado de forma a tornar o objetivo proposto, abrangente e claro em seu atendimento, que é apresentar a educação continuada como política de ascensão profissional da mulher na PMESP.

Este artigo foi construído no formato de um levantamento, sendo adotada entrevistas realizadas com três profissionais da polícia militar, mulheres que vivenciaram e/ou ainda vivenciam, os processos de ascensão a diferentes cargos dentro da instituição.

A metodologia adotada se deu em caráter exploratório, visto já que o tema é de desconhecimento do autor, com um delineamento qualitativo, tendo como principal objetivo apresentar como se dá o processo de entrada e ascensão da mulher na instituição PMESP, apontando como este ocorre a partir de sua entrada.

Buscando possibilitar discussão acerca deste tema, este artigo se encontra dividido em quatro partes, além desta introdução, também conta com: (1) referencial teórico, baseado em literaturas e depoimentos; (2) o método, que descreve os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa; (3) os resultados e discussões acerca do tema; e, finalizando, (4) as considerações ou conclusão traçadas pelo autor, tornando assim o trabalho roteirizado, permitindo uma maior compreensão por parte do leitor.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

A polícia militar do Estado de São Paulo é uma organização militarmente fardada e pública de caráter estadual, voltada ao atendimento da segurança da população, através do policiamento ostensivo e também preventivo.

A PMESP é uma organização subordinada ao governador do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública e do Comando Geral da Corporação (PMESP, 2011).

A origem da polícia no Brasil remonta ainda no período colonial, onde através do processo de descobrimento, fez-se necessário para a manutenção do domínio das terras, evitando assim invasões e incursões estrangeiras, a ocasião principalmente dos franceses, serem deixados colonos, que além de povoar as terras, faziam o papel de lavradores e membros da defesa e polícia das terras que lhes era concedida por Portugal, afim assim, de manter a ordem e guarda ao reino.

Já no século XIX, a corporação policial no Estado, tinha papéis em geral em separado, ou seja, municipalizados, mas seguindo como exemplo a corporação da capital, que tinha inicialmente como nome Corpo de Guardas Municipais Permanentes, tendo assim seu marco inicial ou criação efetiva, ocorrida por meio da Assembleia Provincial em 15 de dezembro de 1831, seguindo depois como Corpo de Guardas Municipais Provisórios, Guarda de Polícia, Brigada Policial, Força Policial e finalmente Força Pública.

Isto seguiu até a década de 1970, quando então, através do processo de fusão da então Força Pública e a Guarda Civil, se deu a está o nome de Polícia Militar do Estado de São Paulo, passando a ser chamada assim em definitivo.

Hoje a PMESP, trata-se de um corpo militar com a função básica de dar

suporte ao Estado, nos aspectos de segurança e ordem, através do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, pautadas na imparcialidade, abstenção de preconceito ou discriminação, preceitos institucionalizados, a todos os policiais nos mais diversos documentos internos, que aponta que, “Nós, Policiais Militares, sob a proteção de Deus, estamos compromissados com a Defesa da Vida, da Integridade Física e da Dignidade da Pessoa Humana.” (CAES, 2010)

Algo ainda bastante forte constante no regimento da PMESP é a sua diretiva do suporte doutrinário, voltada às questões da comunidade, que aponta que:

Aproximação comunitária e respeito aos direitos fundamentais como forma de adesão à polícia e interação comunitária, visando à busca de soluções dos problemas locais proporcionando melhor qualidade de vida para as comunidades. Pensar global e agir localmente. (GESPOL, SÃO PAULO, 2010, p.13)

Além da comunidade, a diretiva do suporte doutrinário, também abrange os direitos humanos e a gestão da qualidade, formando assim o tripé balizador das ações de gestão da PMESP.

Atualmente a PMESP, conta com um efetivo de aproximadamente 100.000 (Cem mil) policiais, tendo a mulher participação próxima a 10% (dez por cento) deste efetivo. Todo este efetivo encontra se dividido entre os seus 23 (Vinte e três) grandes comandos, sendo que 09 (Nove) destes estão localizados na capital (PMESP, 2015).

Há ainda uma distribuição deste contingente que se dá buscando proporcionar maior direcionamento de ações e efetividade nas ações em que está se envolve, conforme demonstrado na Tabela 1, que indica como se dá a sua distribuição conforme intercorrência e necessidade do efetivo militar, que segue.

Tabela 1: Distribuição da PMESP conforme intercorrência e necessidade de efetivo

Corpo de Bombeiros	Preservação a vida, meio ambiente e patrimônio, essencial as questões de defesa civil, buscas, salvamentos e combate a incêndio.
Polícia Militar Ambiental	Prevenir e reprimir ações de degradação perpetradas contra a flora, a fauna e mananciais, buscando a manutenção do meio ambiente natural.
Comando do Policiamento Rodoviário	Fiscalização, policiamento e controle do trânsito.
Corregedoria	Assegurar a disciplina e apuração penal na corporação, tendo amplos poderes para a manutenção da qualidade e segurança dos serviços prestados à população e também defesa do policial em quanto este for vítima.
Grupamento de Radiopatrulha Aérea "João Negrão"	Suporte aéreo as ações de policiamento, buscas, salvamento e transporte.
Comando da Polícia Militar	Encarregado da gestão, suporte e controle geral, além das ações políticas da PMESP.

Comando do Policiamento de Choque	Execução de atividades de restauro da ordem pública, controle de distúrbios que envolvam civis, guerrilhas, operações que extrapolem o policiamento ostensivo de área ou que exijam policiamento especialmente treinado para o atendimento de situação de enfrentamento e combate repressivo.
-----------------------------------	---

Fonte: Adaptado pelo autor, Polícia Militar (2016)

2.1.1. A ATUAL ESTRUTURA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULOÍTICA

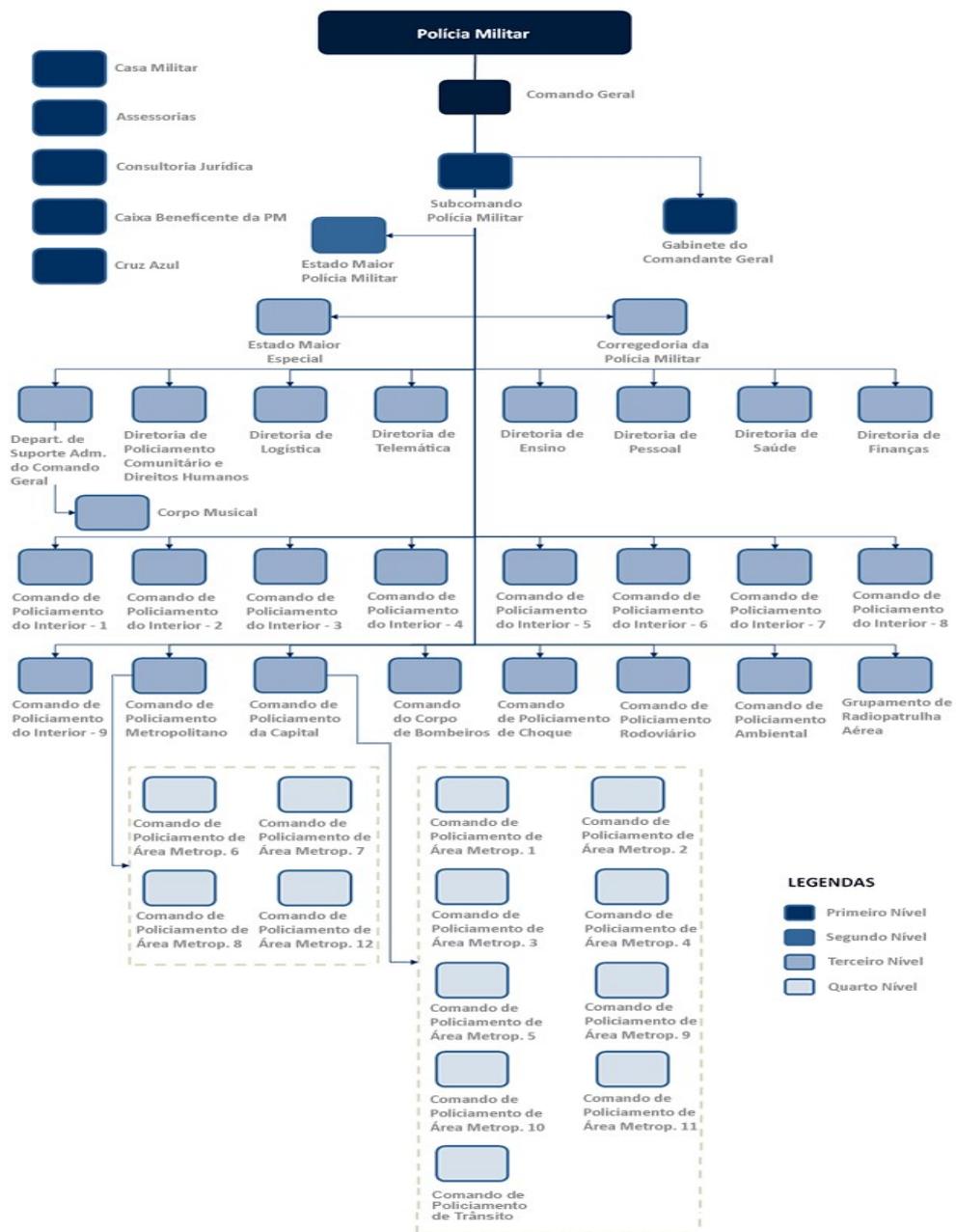
A PMESP, possui sua estrutura delineada a proporcionar eficiência, eficácia e efetividade as ações policiais militares, seguindo determinações constituídas na legislação federal. Tal estrutura está pautada no estabelecimento de órgãos gestores, que condicionam os trabalhos em suas especificidades, dividindo se em 07 (sete) órgãos, sendo estes:

- Órgãos de Direção Geral;
- Órgãos de Direção Setorial;
- Órgãos de Apoio;
- Órgãos Especiais de Apoio;
- Órgãos de Execução;
- Órgãos Especiais de Execução;
- Órgãos Especiais da Polícia Militar.

Cada um destes órgãos se faz responsável por uma área da PMESP, que executam as atividades administrativas e de campo de todo o policiamento no estado.

Cabe ressaltar aqui toda esta estrutura veio sendo moldada ao longo do tempo, modificando se de forma a se torna mais funcional e para atender sua proposta. Além desta estrutura em subdivisões, é possível também realizar a demonstração da atual estrutura da PMESP, através do organograma da instituição, que se apresentará na Figura 1 intitulada, organograma da instituição, que segue definido em quatro níveis, encabeçado pelo comando geral da PMESP, cargo exercido por um coronel, seguindo até chegar ao comando de policiamento das regiões no estado (PMESP, 200?)

Figura 1: Organograma da PMESP



Fonte: SÃO PAULO, Secretária de Segurança Pública, 2016.

2.2. PROCESSO DE ENTRADA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Existem duas portas de entrada a PMESP, sendo que ambas acontecem por meio de concurso público, sendo uma delas realizada com fins acadêmicos, ou seja, vestibular para o bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública e a outra por meio de prova específica de concurso público para formação como soldado (APMBB, 200?), que atualmente é realizado pela Fundação VUNESP, tanto para o bacharelado que credencia o ingressante ao oficialato, quanto ao

interessante que busca ser soldado.

2.2.1. VESTIBULAR PARA O BACHARELADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Para o ingresso ao curso de bacharelado na Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB), que assim como o Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES), fazem parte do sistema educacional da PMESP, que credenciam os candidatos aceitos a sua formação em nível superior e de pós-graduação e a obtenção das patentes de oficiais, é necessária a realização primeiramente de uma prova de conhecimentos (vestibular) e de títulos.

De acordo com a necessidade auferida pelo comando geral, são disponibilizadas vagas para os ingressantes se candidatarem ao quadro de oficiais (masculino e feminino), desde que preencham os requisitos mínimos exigidos, ter o segundo grau concluso (Ensino médio completo), ter idade de até 26 anos e altura mínima de 1,65 metros para os homens e 1,60 metros para as mulheres.

Um caso de exceção se faz ao quadro de policiais pertencentes à corporação e chamados de praças (Ingressantes pelo regime de concurso público para formação como soldado, que são destinados primordialmente ao serviço operacional, diferentemente dos oficiais ingressantes por meio de vestibular para a Academia do Barro Branco, que são em geral alocadas ao serviço de comando por decorrência de sua formação diferenciada), onde para estes não há limite de idade para o ingresso ao curso, possibilitando-os ao oficialato (APMBB, 200?).

Cabe apontar que desde 1989 há a participação das mulheres neste certame de entrada a condição do oficialato (SÃO PAULO, 1989), fato que até este ano, não existia. Hoje as turmas para formação de oficiais, são mistas, ou seja, o vestibular credencia a entrada do candidato sem que haja distinção de gênero, podendo este ser homem ou mulher, tendo total condição de igualdade para o ingresso à carreira. Após esta primeira etapa de comprovação de escolaridade, o candidato ainda precisará cumprir mais cinco etapas de um total de seis para o efetivo ingresso ao curso de formação, sendo então as etapas seguintes:

- 2ª Etapa: Prova de condicionamento físico;
- 3ª Etapa: Exames de saúde;
- 4ª Etapa: Exames psicológicos;
- 5ª Etapa: Investigação social;
- 6ª Etapa: Análise de documentos e títulos.

O curso tem uma duração de quatro anos e se volta à formação do profissional com conhecimento e habilidades específicas ao ocupar o posto inicial de oficial da PMESP (APMBB, 200?).

2.2.2. CONCURSO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO COMO SOLDADOS DA PMESP

O concurso público para ingresso a PMESP se dá para pessoas de ambos os sexos, que tenham idade entre 18 e 30 anos, altura de 1.65m para homens e 1.60 m para mulheres.

Além destes requisitos é necessário, ser brasileiro, ter concluído o ensino médio ou equivalente, estar em dia com as obrigações eleitorais, estar em dia com as obrigações militares (no caso dos homens).

É necessário ainda ser habilitado para a condução de veículo motorizado entre as categorias “B” a “E”, ter boa conduta social, reputação e idoneidade ilibadas e não registrar antecedentes criminais e não ter respondido e não estar respondendo a processo administrativo cujo fundamento possa incompatibilizá-lo com a função policial-militar, se agente público.

A partir da realização da prova de conhecimento, o processo é similar ao do ingressante por meio de vestibular, havendo etapas a serem cumpridas, sendo então estas:

- 1ª Etapa: Prova de escolaridade;
- 2ª Etapa: Prova de condicionamento físico;
- 3ª Etapa: Exames de saúde;
- 4ª Etapa: Exames psicológicos;
- 5ª Etapa: Investigação social;
- 6ª Etapa: Análise de documentos e títulos.

2.3. PLANO DE CARREIRA NA PMESP

Por existirem duas entradas distintas na carreira militar da PMESP, o plano de carreira também segue duas formas para ocorrer, sendo uma destinada aos oficiais e outra aos praças. Sendo assim na Tabela 2, intitulada Plano de carreira na PMESP, em acordo com a entrada, há a demonstração dos cargos possíveis de se alcançar através de cada uma destas entradas, devendo esta ser vista de baixo para cima, ou seja, do cargo inicial até o cargo máximo possível de ser alcançado no final da carreira (PMESP, 2016).

Tabela 2: Plano de carreira na PMESP

Entrada como oficial (Vestibular)	Entrada como soldado-praça (Concurso)
Coronel	-
Tenente-Coronel	-
Major	Subtenente PM
Capitão	1º Sargento PM
1º Tenente	2º Sargento PM
2º Tenente	3º Sargento PM

Aspirante à Oficial PM (4º ano)	Cabo PM
Aluno Oficial PM (1º, 2º e 3º anos)	Soldado PM

Fonte: Adaptado pelo autor, Polícia Militar (2016)

Para que haja a promoção e a subida de posto, existem critérios bastante claros e já definidos, que ao ingressante são relatados através de documentos internos e também em sua formação, dentre os critérios, o tempo de serviço é considerado, realizações de mérito, mas o primordial para o alavanque na carreira é o processo educacional, de formação a nível superior e pós-graduação.

2.4. EDUCAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO

O processo de educação na PMESP, se dá desde o seu princípio, independente da entrada escolhida, pois em sendo está pelo vestibular, o ingressante segue direto a academia, assim chamada toda e qualquer instituição de ensino superior, mas aqui em específico referindo-se à Academia do Barro Branco e já através do concurso público, este segue para a escola de formação.

A Academia de Polícia Militar do Barro Branco, criada pela Lei 1.244, de 27 de dezembro de 1910, com a denominação de Companhia da Força Pública (nome à época, da atual Polícia Militar do Estado de São Paulo), e com atual denominação que lhe atribuiu o Decreto n.º 11.241, de 09 de março de 1978, é o órgão de apoio de ensino superior da Polícia Militar, com regime especial e de nível superior, que tem como missão a formação, habilitação, adaptação e especialização de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, buscando promover com excelência as atividades de ensino aos integrantes da Polícia Militar que se preparam para o exercício do Oficialato, tendo por referência a ciência pedagógica, a técnica policial e as relações humanas.

A busca do processo educacional de forma intensiva nas fases iniciais dentro da PMESP, se dá além da preparação deste ingressante ao serviço diferenciado que é o do trabalho do policial militar, também é para lhe incorporar uma cultura organizacional, voltada a união de esforços e coletividade, pautada em um comportamento distinto a outras culturas, tal como é possível ser visto na citação de Holanda in Santos, que diz que:

Sua formação profissional desenvolve-se, toda ela, no sentido de aderir a um código especial de comportamento, que tente a imprimir-lhe caráter tanto quanto possível uniforme, e distinto de outros setores da sociedade. E se, mais do que em qualquer outra profissão, os que abraçam a carreira militar se afirmam como classe é porque efetivamente formam uma “classe” à parte, capaz de submergir todos os antecedentes de formação individual na vida civil. ” (HOLANDA, 1977 in SANTOS, 2004)

A intensidade de estudos do policial militar em suas fases iniciais é bastante

grande, pois se faz também como um processo de seleção para manutenção dos aprovados, ao que é chamado de responsabilidade do servir. Através deste processo intensivo, há invariavelmente a separação daqueles que não tem condições psicológicas ou mesmo físicas dos que não, ao exercício das atividades policiais.

Em 2008, com a publicação da Lei de Ensino da Polícia Militar (LEPM) a qual estabelece objetivos e peculiaridades do ensino militar, através da publicação da Lei Complementar 1.036, de 11 de janeiro de 2008, que referencia questões de ensino e instruções quanto ao uso da força repressiva paulista. Através desta, são estabelecidos os limites permitidos ao ensinamento do policial em formação, não sendo mais permitido o emprego de práticas abusivas e impróprias no processo de ensino em todos os níveis de aprendizado do policial.

A partir disto, foram realizadas análises e transformações nos conceitos e práticas educacionais que se voltavam à formação do aluno oficial principalmente, passando nestas a serem consideradas conceitos e práticas educacionais de âmbito nacional, com temáticas de ordem regional, afim de melhor preparar este aluno ao seu cotidiano enquanto militar (APMBB, 200?), o que mesmo os críticos a tal metodologia, acabam por considerar como sendo algo bom ao seu final, conforme Ludwig (1998), que cita que:

A prática pedagógica militar é, de fato, uma pratica eminentemente ideológica, [...]. O processo de inserção dessa ideologia no psiquismo discente tem sido feito de maneira bastante eficaz, porque no decorrer da história os militares, com frequência, intervieram na esfera social e política do país, causando sensíveis benefícios aos representados do capital nacional e internacional. (LUDWIG, 1998, p. 36).

No processo de formação do policial militar, em ambas as entradas, a conduta e cultura organizacional são amplamente trabalhadas, porém as abordagens são distintas, pois o ingressante por meio de concurso público, no processo de formação de soldado, tem duração de 01 (um) ano e enquadra-se à nível de capacitação, onde são ensinadas técnicas diversas pertinentes a parte operacional do policiamento ostensivo e repressivo.

Já no processo de formação de oficial, a duração é de quatro anos, em nível superior com a busca da formação de lideranças, profissionais habilitados a gerir pessoas e processos em alto nível de conhecimentos técnicos e práticos.

Aqui o processo educacional é incentivado, por meio de políticas internas de desenvolvimento de carreira, e por se tratar de uma formação de nível superior, ao se formar o indivíduo já saí oficial, com uma tendência natural (é claro, se alimentada pelo desejo pessoal) a continuidade da formação tradicional, o mestrado e o doutorado, dentro aí não mais da Academia do Barro Branco, mas sim no CAES (Centro de Altos Estudos de Segurança) e alçando novas patentes do oficialato na PMESP.

Com a mulher não é diferente este processo, e por isto a educação mais ainda se faz como um mecanismo bastante importante na ascensão profissional

dentro desta instituição.

2.5. A HISTÓRIA DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO

A mulher ingressou na PMESP, somente em 1955, através do Decreto nº 24.548, de 12 de maio de 1955, assinado pelo então governador do Estado, Jânio Quadros, tornando São Paulo, o primeiro estado do Brasil, a ter mulheres pertencentes a um quadro oficial de policiamento.

A polícia feminina como assim foi chamada, foi composta inicialmente por 12 mulheres e mais a comandante, a Sra. Hilda Macedo (1916 - 2005), foi assistente da cadeira de criminologia da Escola de Polícia.

Esta foi primeira mulher comandante do policiamento especial feminino do Brasil e da América Latina. Hilda Macedo, foi escolhida para comandar este policiamento especial feminino, em função de defender a igualdade de competências entre homens e mulheres, fato defendido por ela no I Congresso Brasileiro de Medicina Legal, em que escreve a ocasião que:

[...] a criação da Polícia Feminina é, pois, de se aconselhar formalmente, sendo encomiástico um voto para seu imediato estabelecimento consubstanciando uma corporação que formará harmonicamente ao lado de seus irmãos, os policiais, para o melhor cumprimento da lei de da manutenção da ordem, dentro dos ditames da compreensão, do auxílio e da bondade". (AOPM, 2015)

Estas treze mulheres foram chamadas inicialmente de as mais corajosas, principalmente por inicialmente não se utilizarem armas e por executarem funções assistencialistas e de prevenção em caráter social, realizando atendimentos prioritariamente a mulheres e menores (AOPM, 2015).

Conforme aponta a Associação dos Oficiais da Polícia Militar (2015) a ocasião outras, além destas candidataram se ao processo seletivo, para escolha da primeira polícia feminina do Brasil, contudo em virtude deste processo ser bastante rígido e exigir para sua inscrição que estas:

- Tivessem idade mínima de 21 anos, sendo tal justificada com a exigência de maturidade para se exercer a função;
- Serem solteiras, viúvas ou desquitadas e sem encargos de família, para que pudessem ter plena dedicação ao serviço;
- Terem certificado ou diploma comprobatório do antigo curso secundário (ensino médio);
- Além da aprovação no concurso público.

A partir deste início promovido por estas treze policiais, a mulher passou a galgar espaços dentro da corporação, deixando pouco a pouco de exercer papel assistencialista, engajando se em funções mais ativas, inicialmente em atividades ligadas ao trânsito, quando em 1964, seis mulheres durante a semana do trânsito, são engajadas para realização de campanha educativa, em conjunto com

escoteiros e universitários, dando apoio aos guardas de trânsito, na região central da Cidade.

Depois seguiram em 1970, através da criação do quadro especial de polícia feminina e o 1º Batalhão de Polícia Feminina, que era subordinado ao Comando de Policiamento da Capital, com um processo de expansão deste tipo de batalhão, até que em 1988, as mulheres passaram a enquadrar-se no destacamento de patrulha de motos, mesmo ano em que a Academia do Barro Branco, passa a aceitar inscrições de mulheres para fazerem parte do processo seletivo para formação de oficiais, que culminou na entrada de 15 (quinze) mulheres efetivamente a tal formação.

Já em 2011, através de no 56º sexto aniversário do policiamento feminino do Estado de São Paulo, o então governador do Estado, Sr. Geraldo Alckmin, assinou uma proposta em forma de mensagem, à Assembleia Legislativa Estadual, a unificação dos quadros feminino e masculino da PMESP.

Tal proposta, com o objetivo de integrar ainda mais os quadros e igualar o tratamento entre os policiais. Nesta época a mulher já tinha participação na PMESP de oito mil, quinhentos e vinte policiais femininas atuando em todos os comandos de policiamento de área e batalhões, sendo que trezentos e trinta e cinco ocupavam cargos de oficiais (AOPM, 2015). Atualmente o número de mulheres se aproxima a dez mil, representando cerca de dez por cento de todo o efetivo, valendo-se inclusive de três coronéis femininas, ocupando estas em dois casos, o comando de policiamento regional (PMESP, 2015).

3. MÉTODO

O método escolhido para realização da pesquisa, foi o levantamento ou Survey, visando a compreensão de como ocorre o processo de ascensão da mulher na PMESP, por meio da educação continuada.

Este tipo de delineamento se deu em razão da intenção do autor de obter mais dados e informações acerca do objetivo proposto, em um determinado grupo ou público alvo de uma determinada organização, tal como o proposto por Pinsonneault & Kraemer (1993).

Estes ainda indicam que tal como neste tipo de pesquisa, tal delineamento se encaixa ao propósito exploratório, conforme determinado pelo autor, que buscou familiarizar-se com o assunto e a buscar novas possibilidades e dimensões deste público alvo.

A escolha deste método deu-se em decorrência das entrevistas realizadas com as mulheres do mais alto escalão da polícia militar, sendo estas uma capitã, uma tenente-coronel e uma coronel, que relataram suas experiências de entrada na PMESP, processo de formação e o percurso percorrido até a chegada aos cargos que ocupam, despertando no autor, motivação suficiente para busca de maiores informações, explorando assim o assunto, afim de produzir maior conhecimento acerca do tema.

Em meio as entrevistas, a veiculação de considerações profundas do processo educacional se fez evidente e por isto a escolha deste tema se tornou quase obrigatória, permitindo assim apresentar como se dá o processo de ascensão da mulher na PMESP.

Sendo assim este artigo se caracterizou também como exploratório, com delineamento qualitativo, pois trouxe em suas análises apontamentos que não são representados a luz dos números, ressaltando fatos que permitem ao leitor compreender como se dá a ascensão da mulher na PMESP, e por decorrência a importância da educação continuada para tal feito.

4. CONSIDERAÇÕES

Tratar sobre o processo educacional em qualquer instituição que não tenha a sua atividade principal a educação é bastante relevante, principalmente quando ainda há a abordagem de gêneros, envolvida na discussão.

Compreender o como estes processos se dão em uma instituição pública de segurança pública, tradicional, centenária e com grau tamanho de importância a sociedade de todo um Estado, que em seu corpo funcional tem um número tão grande de pessoas, maior que de muitos municípios do país, se faz importante e interessante.

A proposta deste artigo foi a de apresentar as possibilidades de ascensão profissional da mulher na PMESP, que nesta instituição em muito se dá através do processo de educação continuada, seja para o homem ou para a mulher.

Desde a inclusão deste critério para o desenvolvimento de carreira, a Academia de Polícia do Barro Branco, já formou 8.324 oficiais de 1938 a 2015, sendo que destes, 550 são mulheres, lembrando que estas só puderam ingressar neste processo em 1989, quando foi formada a primeira turma feminina de oficiais na PMESP, com apenas quinze mulheres participantes, que teve ao seu final a formação doze oficiais formadas.

Na PMESP é possível apontar que a mulher tem condições similares ao homem, para chegar ao atingimento de altos cargos e posições hierárquicas, inclusive recebendo os mesmos proventos, contudo é ainda minoritária a sua participação nos postos mais altos, haja visto que atualmente em um quadro de 60 coronéis, a mulher ocupa apenas três destes postos.

É relevante salientar que a posição delas é de grande importância, pois destas três, uma é a responsável por todo o processo de Recursos Humanos da organização e as outras duas são chefes de comandos regionais de suma importância ao Estado.

Apresentado este número, relacionando-o ao tempo de existência da participação da mulher na PMESP, desde 1955, este se faz claramente muito baixo, o que denota evidências de que esta instituição, iniciou a caminhada para igualdade de gêneros, contudo ainda há um longo percurso a ser transcrito para que tal realmente ocorra, evidenciando ainda esta ser uma instituição

prioritariamente masculina.

Mas não há como desprezar o crescimento exponencial desta participação e os benefícios não somente no Estado de São Paulo, mas também ao país, da polícia feminina do Estado de São Paulo, pois está serviu de referência para o surgimento de outras unidades policiais deste mesmo gênero, por diversos estados.

A polícia feminina do Estado de São Paulo, foi a precursora de todas as outras polícias femininas no país e serviu de base e estrutura as polícias de Brasília e de Minas Gerais, por exemplo, de forma bastante direta. Um outro ponto importante no processo de formação é a hierarquização estabelecida na PMESP, que busca estabelecer na formação, seja do soldado ou do oficial, um claro e gritante postulante ao posicionamento do indivíduo na instituição e até onde este poderá chegar.

Através desta evidenciação, o indivíduo, tem totais condições de projetar sua vida profissional na PMESP, sendo conhecedor das possibilidades de alterá-las ou não. Algo também possível de ser apontado nesta temática educacional promovida pela instituição é a busca por formar lideranças, torna este processo educacional imposto na Academia do Barro Branco e do CAES, para tal produção, pensada de forma contínua à formação de um oficial, independentemente deste ser homem ou mulher, este será treinado para ser um líder.

Já em se tratando da questão de gêneros podemos apontar que a PMESP, ainda é reconhecida naturalmente como uma instituição masculina, se seguirmos o apontado por Amaral (2005), que afirma que a predominância de homens ou mulheres em algumas profissões, torna essas profissões espaços reconhecidos nas relações do mundo de trabalho.

Em virtude do contingente de mulheres na PMESP, ocupar somente 10% da totalidade de pessoal, e alimentado por uma recente história de inclusão, permite-nos que esta percepção de mundo nas relações de trabalho, enquanto pensado o universo policial.

Pensando ainda mais diretamente no trato da ascensão da mulher na PMESP, há evidências de que está é uma instituição em que as relações de gênero realmente são abordadas em um regime de igualdade. Porém é claro que está igualdade ainda é tratada a base de pontos isolados, ou seja, em para o atendimento da conformidade prevista na legislação estadual, que predispõe não haver diferenciação de salários e de possibilidades de tomada de cargos.

A mulher notadamente hoje dentro da PMESP, ocupa todos os espaços possíveis na instituição, ficando está lotada a execução de serviços em pé de igualdade com o homem, tendo nestes seus 61 anos de história na instituição, podido mostrar e desempenhar papéis de grande notoriedade, estando hoje com o devido reconhecimento e posicionamento hierárquico estabelecido por méritos, que vão além do tido condicionante legal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR – **A história da mulher na Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Disponível em: <

<http://www.aopm.com.br/noticia/29/298/policia-feminina-um-justoresgate.html>>

Acesso em: 03 jun. 2016.

LUDWIG, A. C. W. **Democracia e ensino militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

PINSONNEAULT, A. & KRAEMER, K. L. **Survey research in management information system: an assesment**. Journal of Management Information System, 1993.

SANTOS, M. O. Berços de Heróis: **O papel das Escolas militares na formação de “salvadores da pátria”**. ANNABLUME Editora, 1ª ed., São Paulo, 2004.

SÃO PAULO. **Apresentação da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Disponível em:

<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/paginas_pm/mnu_institucional/downloads/Apresentacao_Institucional_PM_ESP.pdf> Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. **Assinatura de unificação das Polícias Militar masculina e feminina do Estado de São Paulo**. Disponível em: <

http://www3.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/20bpmi/e107_plugins/content/content.php?content.19> Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **CAES da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. (2010) Disponível em:

<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/caes/oCAES/RICAES.pdf> > Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Estrutura educacional da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Disponível em:

<<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/apmbb/index.asp?Tela=organizacao>>

Acesso em: 04 jun. 2016.

_____. Lei complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008. **Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas**.

Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. São Paulo, 11 de janeiro de 2008.

Disponível em: <

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1036-11.01.2008.html>> Acesso em: 04 jun. 2016.

_____. **Organograma da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Disponível em: <

http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/organograma/organograma_policiamilitar.aspx> Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. **Processo de seleção da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Disponível

em: <<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/apmbb/index.asp?Tela=concursos>>
Acesso em: 03 jun. 2016.

ABSTRACT: This article aims to present how the career plan of the military police of the state of São Paulo (PMESP) is based on the policy of professional advancement of women in this institution, which is largely through the process of continuing education. For its construction, this article was used of interviews with professionals of the highest rank of the military police, being these, a captain, a lieutenant-colonel and a colonel, following methodologically the exploratory character, since it is a subject that demands deepening. With a qualitative design, with the main objective of presenting how the process of entry and ascension of the woman in the PMESP institution occurs, pointing out how it occurs until the arrival at the highest post, which is that of colonel and has education as the main mechanism. There is no comparison between men and women, but only indication of this process of entry into the military police and as such is given until the arrival of colonel in the institution for both men and women.

KEYWORDS: Management and Regional Development. Continuing education. Military Police of São Paulo. Professional growth.

NO TEXTO: A educação continuada como política de ascensão profissional da mulher na Polícia Militar do Estado de São Paulo, não se faz como um tema inédito pois o mesmo, originalmente foi apresentado no I Congresso Profissional de Administração Pública, na cidade de Curitiba – PR, em 09 de dezembro de 2016, no eixo temático de práticas de gestão públicas.